

As **Fichas de Competitividade** visam ligar a situação da Economia Portuguesa nas várias dimensões da sua competitividade com a atuação do Estado e compará-la com países que tenham um enquadramento institucional similar e um nível de desenvolvimento aproximado. Cada ficha apresenta a leitura dos principais indicadores no domínio em análise, elenca as principais medidas de políticas públicas implementadas no período em análise e sistematiza um conjunto de indicadores e rankings internacionais para uma mais fácil comparação da situação nacional com a de outros países.

## Inovação

### 1 – Introdução

Inovação, segundo o Manual de Oslo (Eurostat; OCDE, 2005), diz respeito à introdução de um produto (bem ou serviço) ou processo novo ou significativamente melhorado, de um novo método de marketing ou de um novo método organizacional na prática do negócio, na organização do trabalho ou nas relações externas da empresa. Por contraponto, não é considerado inovação pequenas alterações à capacidade de produção similares a processos já existentes na empresa; investimentos de substituição ou decorrentes do encerramento de um processo produtivo; investimentos de inovação de processos resultantes de alterações de preços, customização e alterações cíclicas ou sazonais; investimentos para a comercialização de novos produtos ou significativamente melhorados; e investimentos de inovação de processos associados a alterações estratégicas de gestão ou aquisições e fusões.

Entende-se por atividades de I&D todo o trabalho criativo realizado de forma sistemática, com o objetivo de aumentar o conhecimento, incluindo o conhecimento do Homem, da cultura e da sociedade, bem como o uso desse conhecimento em novas aplicações. (Manual de Frascati, 2002). Investigação fundamental consiste em trabalhos experimentais ou teóricos, desenvolvidos com a principal finalidade de obtenção de novos conhecimentos sobre os fundamentos de fenómenos e factos observáveis, sem qualquer objetivo específico de aplicação prática. Investigação aplicada consiste em trabalhos de investigação, originais, desenvolvidos com o objetivo de criar novo conhecimento, direcionado para uma aplicação ou objetivo pré-determinados. Desenvolvimento experimental consiste na utilização sistemática de conhecimentos existentes obtidos através de investigação e/ou experiência prática, com vista à fabricação de novos materiais, produtos ou dispositivos; à instalação de novos processos, sistemas ou serviços; ou à melhoria substancial dos já existentes.

A abordagem europeia, que integra a Estratégia Europa 2020 e regulamentação europeia dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), caracteriza o sistema de Investigação e Inovação (I&I)

como sendo o conjunto de componentes, relações e atributos que contribui para a produção, difusão e exploração do conhecimento em novos produtos, processos e serviços em benefício da sociedade. Implica uma atuação concertada de vários atores no processo de circulação de conhecimento científico e tecnológico, desde os produtores aos exploradores, numa interação que envolve ainda a intermediação de entidades que têm como principal função promover a valorização económica do conhecimento. Abrange todas as fases da cadeia de investigação e inovação, desde a investigação fundamental à inovação produtiva, promovida por empresas por via da introdução de novos produtos, novos processos ou novas formas organizacionais e de marketing (incluindo as atividades de investigação, desenvolvimento tecnológico, demonstração e inovação) e privilegia uma lógica de interação entre todos os atores deste sistema, com especial enfoque entre as entidades de investigação e produção de conhecimentos (composto pelas universidades, laboratórios do Estado, centros de I&D públicos e entidades de interface, como sejam os centros tecnológicos, ou seja, entidades não empresariais do sistema de I&I) e as empresas (enquanto entidades centrais da componente inovação).

### 2 – Políticas públicas de apoio à inovação e I&D da economia portuguesa

Uma recuperação sustentável da crise económica mundial recentemente sentida exige um rápido crescimento da produtividade. Muitos estados têm atribuído à inovação um papel central na sua agenda de recuperação económica.

No âmbito da mobilização de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento entre 2014-20, o Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI, COMPETE2020) tem como finalidade contribuir para uma economia mais competitiva, baseada em atividades intensivas em conhecimento, na aposta de bens e serviços transacionáveis ou internacionalizáveis e no reforço da qualificação e da orientação exportadora das empresas portuguesas, promovendo ainda a redução de custos

associada a uma maior eficiência dos serviços públicos e à melhoria dos transportes.

O COMPETE 2020 apresenta um conjunto diversificado de instrumentos de política pública, destacando-se ao nível da Inovação e I&D os seguintes:

- Incentivos diretos ao investimento empresarial: sobretudo em I&I (investigação e inovação) e qualificação de PME, focalizados em estratégias de internacionalização;
- Apoios indiretos ao investimento empresarial: promoção da capacitação e colaboração das empresas;
- Apoios à produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico: reforço quer das ligações internacionais do sistema nacional de I&I, quer do desenvolvimento das ligações, bem como de sinergias e de mecanismos eficazes de transferência de conhecimento e tecnologia, entre empresas, centros de I&D e o ensino superior;
- Apoios à formação empresarial: capacita os recursos humanos das empresas para os processos de inovação e internacionalização;
- Apoios à modernização administrativa: redução dos custos públicos de contexto;
- Capacitação dos serviços e dos trabalhadores em funções públicas: promovendo uma Administração Pública mais eficiente.

O sistema de incentivos às empresas, em vigor, abrange três tipologias<sup>1</sup>: inovação empresarial e empreendedorismo; qualificação e internacionalização das PME e investigação e desenvolvimento tecnológico.

No caso dos projetos de qualificação das PME, o sistema de incentivos tem como objetivo reforçar a capacitação empresarial das PME através da inovação organizacional, aplicando novos métodos e processos organizacionais, e incrementando a flexibilidade e a capacidade de resposta no mercado global, com recurso a investimentos imateriais na área da competitividade. Na área da qualificação das PME são apoiados projetos de qualificação das estratégias de PME que concorrem para o aumento da sua competitividade, flexibilidade e capacidade de resposta ao mercado global, no domínio imaterial de competitividade (ex: inovação organizacional e gestão; economia digital; e tecnologias de informação e comunicação; criação de marcas e design; desenvolvimento e engenharia de produtos, serviços e processo; entre outros).

No domínio das políticas públicas nacionais merece, ainda destaque a criação da Agência Nacional de

<sup>1</sup> Portaria n.º 57-A/2015 de 27 de fevereiro

Inovação. Esta assume um papel importante no suporte à definição de políticas de inovação e na promoção integrada dos apoios ao I&D empresarial, à transferência de tecnologia, à inovação tecnológica e ao empreendedorismo de base tecnológica. A ANI é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, e encontra-se na dependência do Ministério da Educação e Ciência (através da FCT) e do Ministério da Economia (através do IAPMEI).

A inovação e empreendedorismo são, também, apostas centrais na Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e para o Emprego (EFICE), com objetivos estratégicos que visam permitir a Portugal reforçar o seu papel como economia empreendedora e inovadora, através, entre outras medidas, do fomento e financiamento do investimento em I&D com aplicabilidade comercial, determinada pela procura e com uma crescente participação de fundos privados.

A ANI constitui o veículo central de intervenção no alinhamento da EFICE com a Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI) e o novo quadro de apoio às empresas (Portugal 2020).

A ENEI foi aprovada a 23 de dezembro de 2014, tratando-se da primeira estratégia de I&I em Portugal e visa o desenvolvimento de todo o sistema de investigação e inovação de um modo sustentável. Constitui um instrumento crucial para o financiamento público da investigação e inovação em Portugal, por se constituir como condicionalidade *ex-ante* do Acordo de Parceria Portugal 2020 para as prioridades de investimento em investigação e inovação. A ENEI identifica as apostas em torno das quais o investimento deverá ser direcionado no período 2014-2020, maximizando os benefícios de uma intervenção coordenada nos diferentes espaços com que o Sistema Nacional de Investigação e Inovação (SI&I) se interliga. Assenta em quatro pilares fundamentais (economia digital; Portugal país de ciência e de criatividade; intensificar a capacidade tecnológica da indústria e valorizar os recursos endógenos diferenciadores), que estão construídos sobre vantagens estratégicas inteligentes, com especialização científica, tecnológica e económica, nas quais Portugal já detém vantagens comparativas e competitivas, ou que revelaram potencial de emergir como tais.

### 3 – Principais indicadores

#### Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

As estatísticas oficiais sobre I&D em Portugal seguem critérios acordados a nível europeu pelo EUROSTAT, em articulação com a OCDE, e são produzidas a partir

do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) às Empresas, ao Estado, ao Ensino Superior e às Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (IPSFL). Este inquérito, que contabiliza recursos humanos e despesa em I&D em Portugal, sofreu uma quebra de série em 2013 (ano em análise, correspondendo à publicação mais recente) uma vez que foram redefinidas as categorias de pessoa afeta a atividades de I&D e foram igualmente reafectadas para efeitos de reporte a maioria das entidades classificadas no setor IPSFL. A quebra de série decorrente desta reclassificação não afeta os dados globais nacionais da despesa em I&D nem o número total de pessoas afetadas a atividades de I&D.

Com base nesta fonte, destacam-se os seguintes resultados, relativos a 2013:

- A despesa total em I&D atingiu os 2.258,5 milhões de euros e representou 1,33% do PIB nacional;
- O setor empresarial executou 48% da despesa total em I&D e o setor do ensino superior 45%;
- O número total de pessoas em I&D, medido em “equivalente a tempo integral” (ETI), foi de 47.711;
- O número de Investigadores (ETI) foi de 37.813;
- Os investigadores concentram-se, essencialmente, no ensino superior, com 25.760 (ETI), seguindo-se o setor empresarial, com 10.025 (ETI).
- O número total de pessoas em I&D (ETI) por mil habitantes ativos foi de 8,9‰, sendo de 7,2‰ para os investigadores (ETI).

### Innovation Union Scoreboard

O Innovation Union Scoreboard (IUS) é o instrumento da Comissão Europeia para a avaliação e comparar os desempenhos em inovação dos países membros da União Europeia. Em 2014, a Suécia confirmou a sua liderança em inovação, seguida pela Dinamarca, Finlândia e Alemanha, como líderes europeus da inovação.

Portugal passou da 18.<sup>a</sup> posição, em 2014, para a 17.<sup>a</sup>, em 2015, entre os países da EU28. À semelhança dos anos anteriores, Portugal foi considerado um Inovador Moderado, juntamente com Croácia, Chipre, República Checa, Estónia, Grécia, Hungria, Itália, Lituânia, Malta, Polónia, Eslováquia e Espanha, países em que o desempenho da inovação está abaixo da média da UE.

O desempenho de Portugal situa-se abaixo da média da UE em todas as dimensões analisadas, exceto no indicador *Innovators*, em que Portugal se situa exatamente ao nível médio. Em termos comparativos, os pontos fortes de Portugal situam-se nas seguintes dimensões da inovação: cooperação internacional; publicações científicas; PME inovadoras; e PME com inovações de produto ou de processo.

O desempenho de Portugal registou um crescimento em metade das dimensões de inovação analisadas, com destaque para as aplicações de patentes PCT em desafios sociais (22%), aplicações de patentes PCT (15%), co-publicações científicas internacionais (13%) e estudantes de doutoramento não membros da UE (13%). Os declínios no desempenho de Portugal foram observados ao nível das receitas de licenças e patentes do estrangeiro e investimentos de capital de risco.

### First estimates of Research & Development expenditure in the EU

Com o propósito de estimular a competitividade da UE, um dos 5 grandes objetivos da estratégia Europa 2020 é o aumento, em 2020, da intensidade de I&D para os 3%.

A mais recente publicação do Eurostat, apresentada nos finais de novembro de 2015, reporta a dados para as economias no ano de 2014 e divulga as primeiras estimativas dos gastos com I&D nos estados membros. Em 2014 a intensidade de I&D na UE (gastos em I&D em % do PIB) situou-se em 2,03%, o mesmo que no ano anterior, correspondendo a cerca de 283 mil milhões de euros. Em Portugal, a intensidade de I&D foi avaliada em 1,29% do PIB, tendo sido gastos 2.229 milhões de euros. Na União Europeia, há 10 anos atrás, a intensidade de I&D foi de 1,76%, tendo assim aumentado em 0,27 p.p. Já em Portugal, em 2004 a intensidade de I&D era de 0,73% do PIB, tendo a mesma aumentado em 0,56 p.p. no espaço de uma década e aumentado em termos reais em 1.119 milhões de euros, ao que corresponde uma taxa de crescimento de 100,1%.

Com relação a outras grandes economias, a intensidade de I&D na UE foi muito menor do que na Coreia do Sul (4,15% em 2013) e no Japão (3,47% em 2013) e mais baixa do que nos Estados Unidos (2,81% em 2012), mas era aproximadamente o mesmo nível que o da China (2,08% em 2013) e mais elevada do que na Rússia (1,15%).

Sectorialmente, em Portugal a distribuição por sector dos gastos em I&D efetua-se de uma forma diferenciada da média da UE, onde o principal setor investidor em I&D se encontra igualmente no setor empresarial, mas com um peso bastante inferior ao da média europeia (46% para PT face a 64% na UE). O ensino superior é o segundo setor investidor em I&D em Portugal, estando a par do já referido setor empresarial com um peso de 45% do total de gastos em I&D. Já a média dos 28 países da UE apresentam uma intensidade de I&D, neste setor, de apenas 23%. Ainda para o ensino superior, Portugal apresenta-se como sendo um dos países com maior intensidade de investimento, apenas atrás de Chipre e Lituânia (ambos

com um peso de 53%). O Estado (12% na UE e 6% em PT) é o terceiro setor mais representativo, seguindo-se por último o setor privado não lucrativo (1% na UE e 2% em PT).

### Science, Technology and Industry Outlook 2014

A Organização para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento (OCDE) publica bienalmente um relatório que analisa o desempenho dos países membros e parceiros da OCDE e economias emergentes, nas áreas da Ciência, Tecnologia e Inovação. Publicada em 2014, a edição mais recente deste estudo compara 47 economias e aponta as seguintes conclusões para Portugal:

- Comparativamente com as restantes economias, Portugal apresentava, em 2013, um nível de despesa em I&D (1,5% do PIB) superior ao de países como Luxemburgo (1,46%), Espanha (1,3%), Itália (1,27%), Brasil (1,16% em 2010) e Grécia (0,69%). Contudo, Portugal mantinha níveis inferiores aos da média da UE28 (1,98%) e da OCDE (2,4%). O país que mais investe em I&D é a Coreia (4,36%), seguido de Israel (3,93%). Suécia (3,41%), Dinamarca e Alemanha (ambos com 2,98%) são os países europeus que mais investem em I&D. De 2007 a 2013, Portugal, apresentou um aumento de investimento em I&D de 0,33 p.p..
- O Índice de proximidade ao mercado da I&D empresarial para Portugal apresenta-se muito próximo do seu valor máximo, o que indica uma forte proximidade ao mercado, em que as empresas apostam no desenvolvimento experimental (que é o mais provável de se poder transformar em inovação rápida, direcionada para a produção de novos produtos, materiais ou dispositivos), estabelecendo novos processos, sistemas e serviços, ou para melhorar significativamente os já instalados.
- Muitos países têm aperfeiçoado os seus regimes fiscais para incentivar a I&D em tipos específicos de empresas (por exemplo, empresas em fase de arranque ou PME), indústrias (ex: têxteis em França ou filmes na Hungria), ou em áreas de investigação (ex: energia verde e tecnologia). Os incentivos fiscais são também uma ferramenta para estimular a I&D colaborativa e para fortalecer os vínculos indústria-ciência (ex: França e Hungria) e redes industriais (por exemplo, Irlanda). A diversidade dos sistemas fiscais nacionais de incentivo à I&D faz as comparações entre países ser difícil. Contudo, este estudo conclui que, num cenário em que existam

fins lucrativos, Portugal, Espanha e Chile são os países que lideram a generosidade dos impostos dirigidos à I&D. Os regimes fiscais que são mais favoráveis às PME e start-ups inovadoras encontram-se no Canadá, França, Coreia do Sul, nos Países Baixos, Portugal e Reino Unido, onde as start-ups e as pequenas empresas beneficiam de taxas mais elevadas de dedução.

- Quanto à avaliação das competências e capacidade para inovar, a posição relativa de Portugal no desempenho dos Sistemas Nacionais de Ciência e Inovação, encontrava-se na faixa intermédia, a par ou acima da mediana da OCDE em 3 indicadores (top 500 universidades; 1.º quartil com publicações científicas e índice de facilidade de empreendedorismo). Nos restantes indicadores, Portugal encontrava-se posicionado na faixa intermédia, abaixo da mediana dos países da OCDE.
- No que respeita à avaliação das interações e das competências para a inovação, a posição relativa de Portugal no desempenho dos Sistemas Nacionais de Ciência e Inovação encontrava-se: entre as últimas 5 economias da OCDE em subscritores de internet de banda larga, financiamento industrial de I&D, nível de educação terciária da população adulta e top *performers* na área científica; na faixa intermédia a par ou acima da mediana da OCDE em três indicadores (investimento em TIC's e infraestruturas de internet; co-autoria internacional e co-invenção internacional). Nos restantes indicadores, Portugal encontrava-se posicionado na faixa intermédia, abaixo da mediana dos países da OCDE.

### Global Innovation Index (GII)

Elaborado pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (WIPO) em parceria com a Cornell University e a INSEAD Business School, o Índice Global de Inovação (GII) tem como objetivo capturar as múltiplas dimensões da inovação e fornecer as ferramentas que podem ajudar na adaptação de políticas para promover o crescimento a longo prazo da produção, a melhoria da produtividade e o crescimento do emprego.

O GII 2015 analisa sete pilares da inovação (Instituições, Capital Humano e Investigação, Infraestruturas, Sofisticação de Mercado, Sofisticação Empresarial, Outputs de Conhecimento e Tecnologia e Outputs Criativos), subdivididos em 79 indicadores. Os primeiros cinco pilares integram variáveis de *input* e os



dois pilares finais, variáveis de *output*. Em 2015, foram estudadas 141 economias, que representam 95,1% da população mundial e 98,6% do PIB global.

No topo da lista de países mais inovadores encontra-se a Suíça (1.<sup>a</sup> posição), o Reino Unido (2.<sup>a</sup> posição) e a Suécia (3.<sup>a</sup> posição), seguidos pela Holanda (4.<sup>a</sup> posição), Estados Unidos da América (5.<sup>a</sup> posição), Finlândia (6.<sup>a</sup> posição), Singapura (7.<sup>a</sup> posição), Irlanda (8.<sup>a</sup> posição), Luxemburgo (9.<sup>a</sup> posição) e Dinamarca (10.<sup>a</sup> posição). Portugal é o 30.<sup>o</sup> país mais inovador do mundo.

A posição alcançada por Portugal representa uma subida de dois lugares em relação ao ano passado (32.<sup>o</sup> lugar) e marca uma tendência de ligeira subida em relação a anos anteriores (34.<sup>o</sup> em 2013; 35.<sup>o</sup> em 2012 e 33.<sup>o</sup> em 2011), muito embora esta alteração se possa dever à variação no número de países analisados no ranking. A nível regional, Portugal situa-se em 20.<sup>o</sup> lugar entre os restantes países europeus, três posições abaixo de Espanha, mas uma posição acima da alcançada por Itália.

No que diz respeito às variáveis em análise no índice, Portugal possui uma classificação mais positiva nas variáveis de input (28.<sup>a</sup>) do que nas variáveis de output (33.<sup>a</sup>), o que se traduz numa posição mais baixa no rácio de eficiência da inovação (62.<sup>a</sup>).

Portugal destaca-se, muito positivamente, no que respeita: ao rácio aluno-professor no Ensino Secundário (7.<sup>o</sup> lugar), ao endividamento do setor privado (8.<sup>o</sup> lugar), à facilidade do processo de insolvência (9.<sup>o</sup> lugar), à facilidade em iniciar um negócio (10.<sup>o</sup> lugar), ao investimento em software (10.<sup>o</sup> lugar) e às publicações científicas (12.<sup>o</sup> lugar).

Os indicadores nos quais Portugal apresenta um pior desempenho são: Formação Bruta de Capital Fixo (120.<sup>o</sup> lugar), taxa de crescimento de paridade de poder de compra por trabalhador (89.<sup>o</sup> lugar), alianças e joint-ventures (83.<sup>o</sup> lugar), facilidade em conseguir crédito (80.<sup>o</sup> lugar), custos de despedimento (77.<sup>o</sup> lugar), importações de alta tecnologia menos re-importações (77.<sup>o</sup> lugar) e receitas de licenciamento (73.<sup>o</sup> lugar).

### Global Competitiveness Index

O World Economic Forum estuda a competitividade das economias através da divulgação anual do Global Competitiveness Report (GCR). O GCR incorpora um índice de competitividade global (Global Competitiveness Index – GCI), na base do qual são construídos rankings de países.

Na edição 2015-2016 do GCR, publicado em setembro 2015, Portugal passou da 36.<sup>a</sup> posição (entre 144 economias) para a 38.<sup>a</sup> (entre 140). Numa escala de 1 a 7, Portugal obteve um GCI de 4,5; o mesmo que na

edição anterior. Num universo que inclui apenas as economias desta edição e que entraram na anterior (136), Portugal mantém a sua posição no ranking (38.<sup>a</sup>).

O GCI é constituído por três sub-índices (Requisitos Básicos; Potenciadores de Eficiência e Fatores de Inovação e Sofisticação) e assenta em 12 pilares, sendo que Portugal se encontra melhor colocado nas infraestruturas (23.<sup>a</sup> posição com um valor de 5,5), educação superior e formação e preparação tecnológica (26.<sup>as</sup> posições com valores de 5,2 e 5,5 respetivamente) e inovação (28.<sup>a</sup> posição com um valor de 4).

Relativamente ao sub-índice Fatores de Inovação e Sofisticação, Portugal apresenta-se na 30.<sup>a</sup> posição (entre os 140 países), com um valor para o GCI de 4,2 (1 a 7). Quanto ao pilar 'Inovação', componente deste sub-índice, este divide-se em sete indicadores. A qualidade das instituições de investigação científica, bem como a disponibilidade de cientistas e engenheiros, obtêm a melhor classificação nos rankings, estando Portugal situado na 21.<sup>a</sup> posição. No indicador que avalia a colaboração universidade-indústria em I&D, Portugal situa-se na 23.<sup>a</sup> posição entre os 140 países analisados. Relativamente aos pedidos de patente PCT, ocupa a 31.<sup>a</sup> posição, verificando-se uma dinâmica de crescimento face aos anos anteriores. Quanto à avaliação da capacidade para a inovação, Portugal ocupa a 35.<sup>a</sup> posição. Os lugares menos favoráveis são ocupados nos indicadores referentes à contratação pública de produtos de tecnologia avançada (48.<sup>o</sup> lugar) e à despesa em I&D pelas empresas (40.<sup>o</sup> lugar).

### Global Information Technology

O Global Information Technology Report (GIT) avalia o impacto das Infraestruturas de Tecnologias de Informação (ITI) na competitividade das economias e no bem-estar dos cidadãos, através de 4 indicadores: ambiente; preparação da sociedade; utilização pelos governos, empresas e cidadãos; e impacto social e económico para as ITI. Os indicadores são divididos em 10 pilares, perfazendo no total 54 sub-indicadores.

No GIT de 2015, divulgado em novembro de 2015, Portugal ocupava a 28.<sup>a</sup> posição, entre 143 países, no Índice de Tecnologias de Informação, subindo 5 lugares comparativamente a 2014. Entre os países da Zona Euro (19), Portugal ocupava a 10.<sup>a</sup> posição, à frente de países como a Espanha (34.<sup>o</sup> lugar), Itália (55.<sup>o</sup>) e Grécia (66.<sup>o</sup>) e, entre os países da UE28, ocupava a 13.<sup>a</sup> posição (15.<sup>a</sup> na edição anterior).

No ranking global, os 3 primeiros lugares são ocupados pela Singapura (1.<sup>o</sup>), Finlândia (2.<sup>o</sup>) e Suécia (3.<sup>o</sup>),

enquanto os últimos lugares são ocupados pelo Burundi (141.<sup>o</sup>), Guiné (142.<sup>o</sup>) e Chade (143.<sup>o</sup>).

Num âmbito mais específico e tendo em linha de conta a vertente de Inovação e I&D, é de realçar os seguintes resultados:

- No pilar do ranking que respeita ao ambiente de negócios e inovação, Portugal ocupa a 20.<sup>a</sup> posição global. Nos indicadores que compõem este pilar Portugal ocupa a 4.<sup>a</sup> posição no número de dias para iniciar uma empresa e na qualidade da gestão das escolas. Quanto à disponibilidade das tecnologias mais recentes, Portugal detém a 11.<sup>a</sup> posição entre 143 países.
- No pilar deste ranking respeitante à acessibilidade, Portugal encontra-se na 1.<sup>a</sup> posição com nível máximo na concorrência de serviços de internet e telecomunicações e em 30.<sup>o</sup> lugar quanto às tarifas pré-pagas de serviços móveis.
- No pilar deste ranking respeitante à utilização individual, Portugal ocupa a 31.<sup>a</sup> posição na subscrição de internet de banda larga fixa; 47.<sup>a</sup> posição no indicador das famílias com computador pessoal; 48.<sup>a</sup> posição para famílias com acesso à Internet e indivíduos que utilizam Internet.
- No pilar do ranking que respeita à utilização nos negócios, Portugal ocupa a 22.<sup>a</sup> posição no indicador de absorção de tecnologia por parte das empresas e a 24.<sup>a</sup> posição no indicador relativo à utilização da Internet B2B.
- No pilar relativo à utilização das TIC pelo governo, Portugal detém o 16.<sup>o</sup> lugar no indicador que mede o sucesso na promoção das TIC e ocupa o 24.<sup>o</sup> lugar na importância das TIC para a visão governativa.
- No pilar respeitante aos impactos sociais, Portugal ocupa a 8.<sup>a</sup> posição no ranking no indicador que mede a utilização das TIC na eficiência governativa e o 19.<sup>o</sup> lugar no indicador de impacto das TIC no acesso a serviços básicos.

#### Patentes internacionais

Neste domínio analisam-se 3 tipos de cooperação, a nível internacional, para o patenteamento de invenções: registo de patentes no Instituto Europeu de Patentes (EPO); patentes registadas no âmbito do Tratado de Cooperação de Patentes (PCT) e patentes concedidas pela Agência de Patentes e Marcas dos Estados Unidos da América (USPTO).

Os valores mais recentes referem-se ao ano de 2011, com Portugal a apresentar valores reduzidos de patenteamento internacional de invenções. Ao nível global das três formas de patenteamento internacional de invenções, nota-se que Portugal apresenta uma menor apropriação nacional de invenções feitas no exterior (235 patentes) do que o seu inverso

(apropriação por estrangeiros de invenções nacionais) (327 patentes).

#### 4 – Bibliografia

FCT (2014) “Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (EI&I)”  
[https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Estrategias%20Inteligente/ENEI\\_Vers%C3%A3o%20final.pdf](https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Estrategias%20Inteligente/ENEI_Vers%C3%A3o%20final.pdf)

Comissão Europeia (2015) “Innovation Union Scoreboard 2015”  
[http://ec.europa.eu/growth/industry/innovation/facts-figures/scoreboards/files/ius-2015\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/growth/industry/innovation/facts-figures/scoreboards/files/ius-2015_en.pdf)

Comissão Europeia (2014) “Research and Innovation performance in Country Profile – Portugal – 2014”  
<http://ec.europa.eu/research/innovation-union/pdf/state-of-the-union/2014/countries/portugal.pdf>

Comissão Europeia (2014) Estratégias de Inovação Regionais/Nacionais para a Especialização Inteligente (RIS3)  
[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/informat/2014/smart\\_specialisation\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/informat/2014/smart_specialisation_pt.pdf)

OCDE (2002), Manual de Frascati - Medição de atividades científicas e tecnológicas

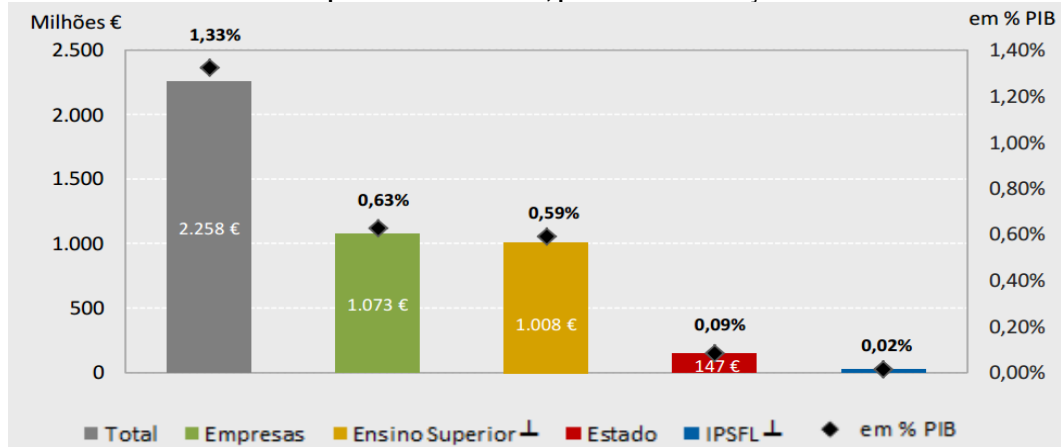
OECD (2014) Science, Technology and Industry Outlook 2014, OECD Publishing.  
[http://dx.doi.org/10.1787/sti\\_outlook-2014-en](http://dx.doi.org/10.1787/sti_outlook-2014-en)

World Economic Forum (2014), “Global Competitiveness Report 2014-2015”

World Economic Forum (2015), “The Global Information Technology Report 2015”  
[http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_Global\\_IT\\_Report\\_2015.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_IT_Report_2015.pdf)

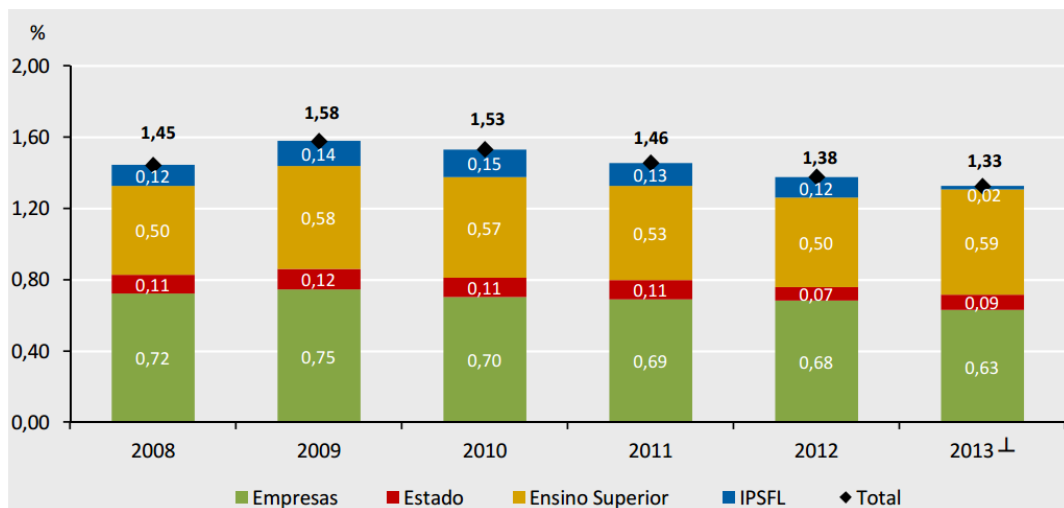
Portugal

Despesa em I&D em 2013, por setor de execução



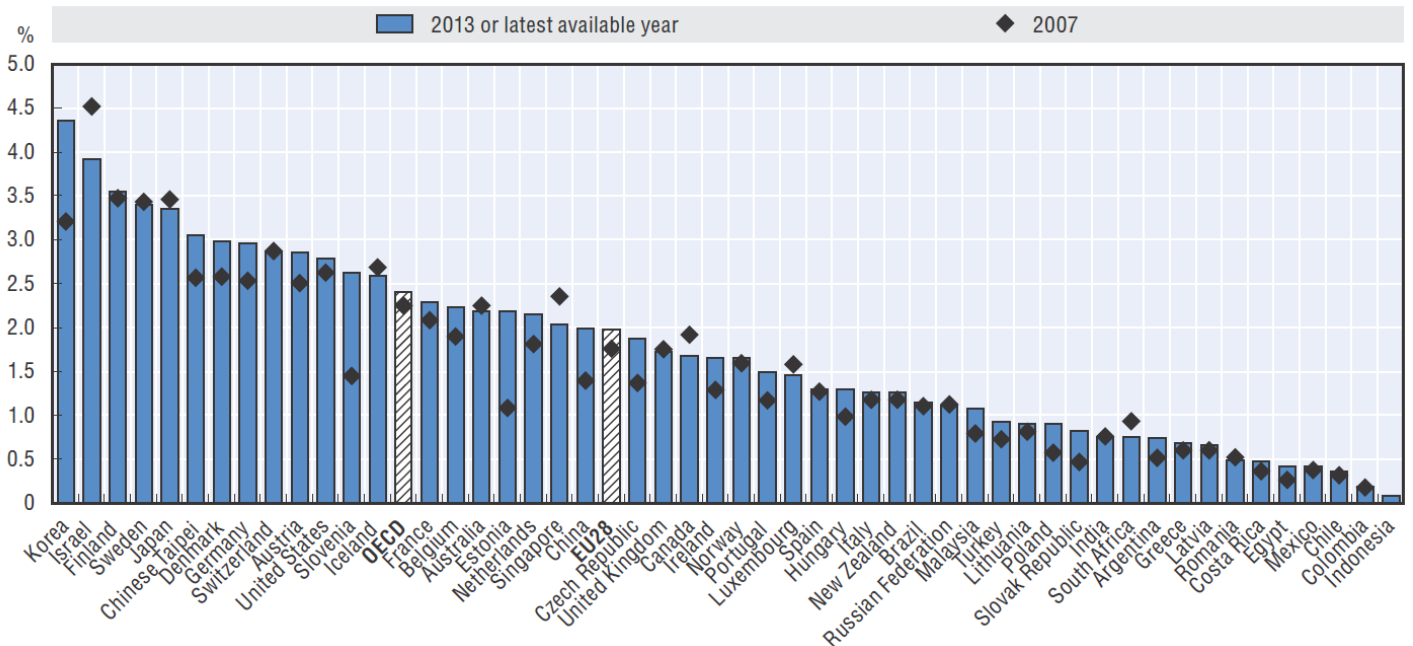
Notas: Considerado o valor do PIB, atualizado à data de 23/09/2015, e que tem como referência a base de 2011 das Contas Nacionais.  
Fonte: DGEE/MEC,IPCTN; INE – Contas Nacionais Trimestrais

Despesa em I&D em % do PIB, por setor de execução (2008 a 2013)



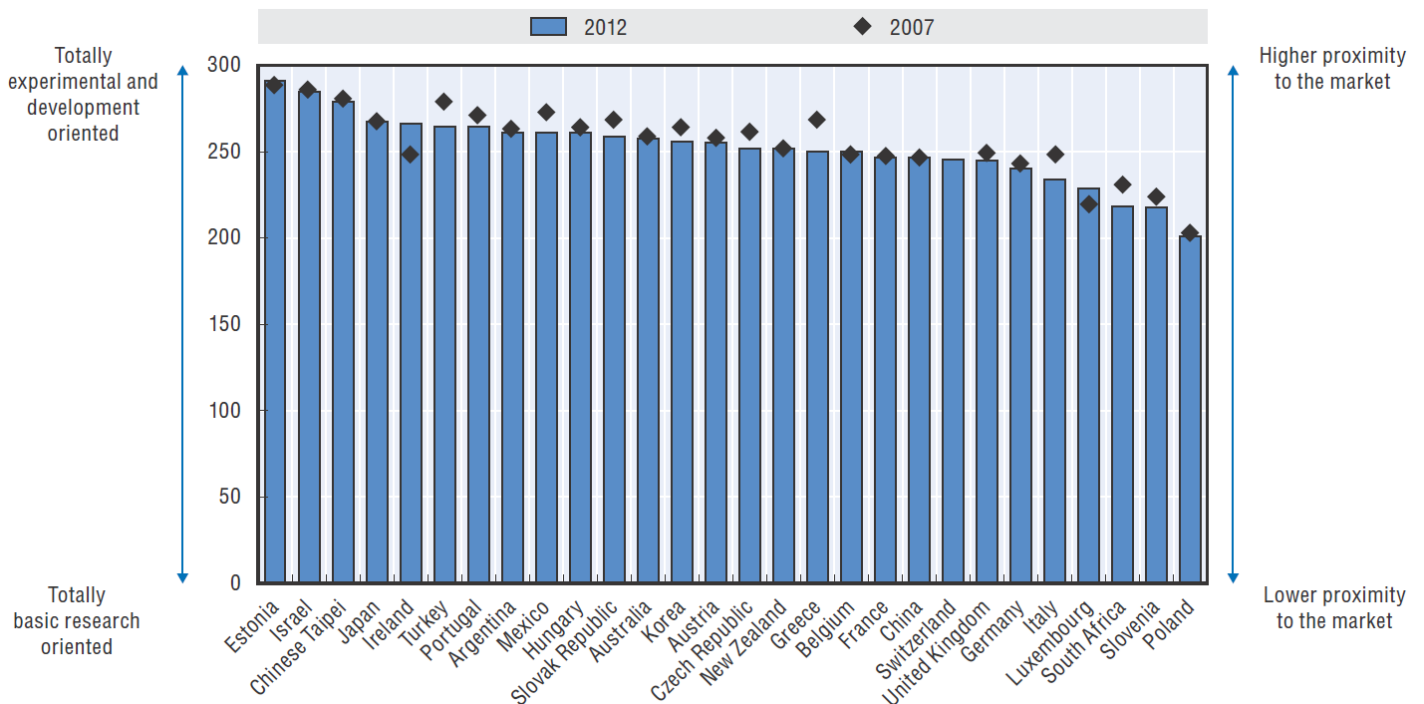
Notas: Considerado o valor do PIB, atualizado à data de 23/09/2015, e que tem como referência a base de 2011 das Contas Nacionais.  
Os dados definitivos de 2013 para a despesa em I&D refletem uma quebra de série nos setores Ensino Superior e IPSFL relativamente aos anos anteriores, bem como aos resultados provisórios de 2013, devido à reafectação setorial das IPSFL no Ensino Superior.  
Fonte: DGEE/MEC,IPCTN; INE – Contas Nacionais Trimestrais

Despesa em I&D em % do PIB – por economia (2007 e 2013)



Fonte: OECD, MSTI Database, June 2014, [www.oecd.org/sti/msti](http://www.oecd.org/sti/msti); UNESCO Institute for Statistics (UIS), Education database, June 2014.

Índice de Proximidade ao Mercado da I&D Empresarial – por economia (2007 e 2012)

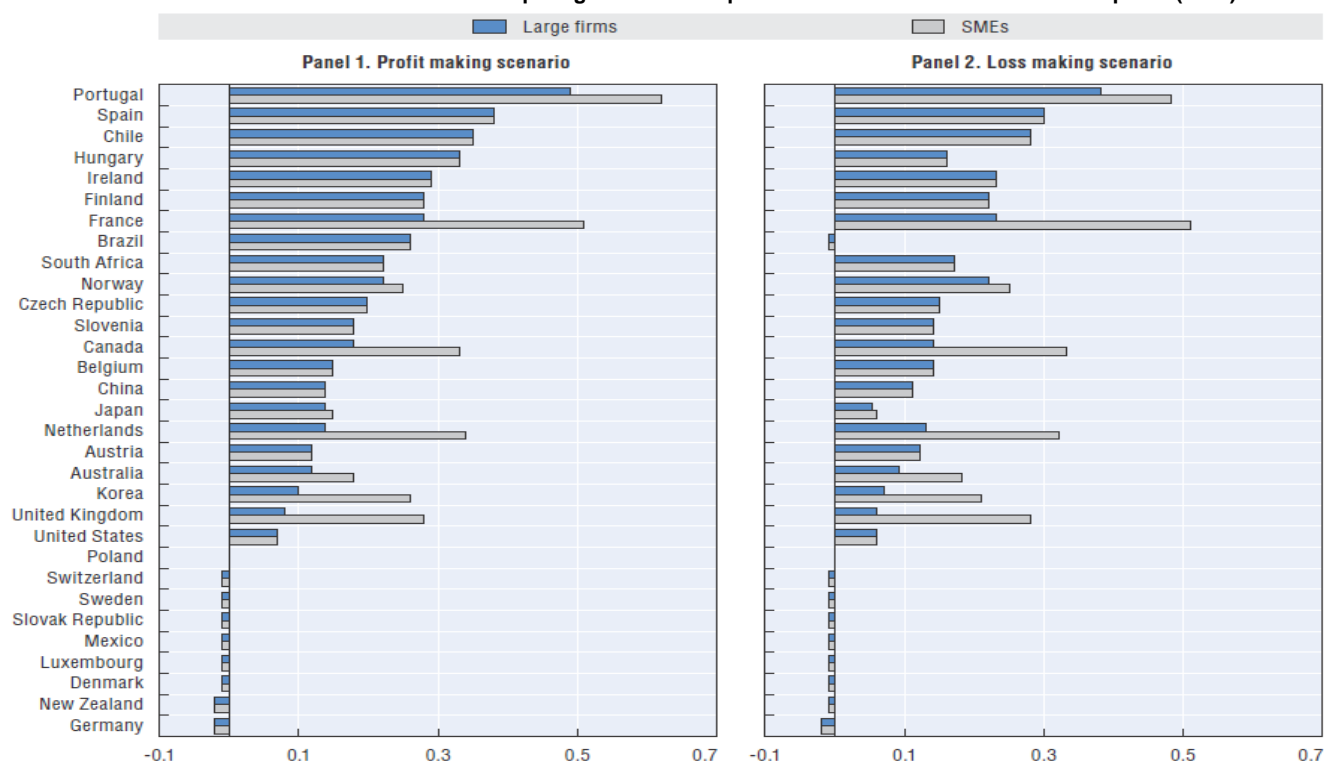


Notas: O Índice de Proximidade ao Mercado da I&D Empresarial ilustra numa única imagem a repartição das despesas em I&D das empresas por tipo de investigação. Destacam-se 3 tipos de investigação: básica, aplicada e desenvolvimento experimental. A parcela destinada à investigação básica é ponderada com 1, de investigação aplicada é ponderada com 2 e a investigação experimental é ponderada com 3. Quanto mais os países ficarem próximos de 300, mais as suas empresas gastam em termos relativos em desenvolvimento experimental.

Fonte: OECD, MSTI Database, June 2014, [www.oecd.org/sti/msti](http://www.oecd.org/sti/msti); UNESCO Institute for Statistics (UIS), Education database, June 2014.



Generosidade do benefício fiscal para gastos em I&D por cenário de lucro e tamanho da empresa (2013)



Fonte: OECD, MSTI Database, June 2014, www.oecd.org/sti/msti; UNESCO Institute for Statistics (UIS), Education database, June 2014.

Desempenho Comparativo dos Sistemas Nacionais de Ciência e Inovação, 2014

Posição Relativa de Portugal:

Competences and capacity to innovate										
Universities and public research			R&D and innovation in firms				Innovative entrepreneurship			
Public R&D expenditure (per GDP)	Top 500 universities (per GDP)	Publications in the top-quartile journals (per GDP)	Business R&D expenditure (per GDP)	Top 500 corporate R&D investors (per GDP)	Triadic patent families (per GDP)	Trademarks (per GDP)	Venture capital (per GDP)	Young patenting firms (per GDP)	Ease of entrepreneurship index	
PUB_XGDP	UNI500_GDP	PUB25_GDP	BE_XGDP	CORPRD500_GDP	PTRIAD_GDP	TROMRK_GDP	VC_XGDP	PTYG_GDP	EASE_I	
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	
PRT	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲

Interactions and skills for innovation												
ICT and Internet infrastructures				Networks, clusters and transfers				Skills for innovation				
ICT investment (per GDP)	Fixed broadband subscribers (per population)	Wireless broadband subscribers (per population)	E-government readiness index	Industry financed public R&D expenditure (per GDP)	Patents filed by universities and public labs (per GDP)	International co-authorship (%)	International co-invention (%)	Tertiary education expenditure (per GDP)	Adult population at tertiary education level (%)	Top adult performers in technology problem solving (%)	Top 15 year-old performers in science (%)	Doctoral graduate rate in science and engineering (%)
ICTINV_XGDP	FBBAND_HAB	WBBAND_HAB	EGOV_I	PUB_BEF_XGDP	PATPRI_XGDP	INTCOA_XSA	COPAT_XPCT	TER_XGDP	ADTERPOP_XT	TOPAD_PST_XAD	TOP15_SCI_XT	PHDR_SCIENG_XCOH
(k)	(l)	(m)	(n)	(o)	(p)	(q)	(r)	(s)	(t)	(u)	(v)	(w)
PRT	▲	▲	○	▲	▲	▲	▲	▲	○	○	○	▲

Notas: Top 5 OCDE (★), na faixa intermédia a par ou acima da mediana OCDE (▲), na faixa intermédia abaixo da mediana OCDE (Δ), últimos 5 OCDE (○)

Fonte: OECD, MSTI Database, June 2014, www.oecd.org/sti/msti; UNESCO Institute for Statistics (UIS), Education database, June 2014.

## Global Innovation Index 2015 – Country Profile – Portugal

### Key indicators

Population (millions)	10.6
GDP (US\$ billions)	230.0
GDP per capita, PPP\$	23,671.0
Income group	High income
Region	Europe

	Score 0–100 or value (hard data)	Rank
<b>Global Innovation Index (out of 141)</b>	<b>46.6</b>	<b>30</b>
Innovation Output Sub-Index	39.4	33
Innovation Input Sub-Index	53.8	28
Innovation Efficiency Ratio	0.7	62
Global Innovation Index 2014 (out of 143)	45.6	32

### 1 Institutions ..... 80.6 25

1.1 Political environment	78.5	25
1.1.1 Political stability*	82.5	36
1.1.2 Government effectiveness*	74.6	26
1.2 Regulatory environment	77.1	37
1.2.1 Regulatory quality*	68.8	36
1.2.2 Rule of law*	75.1	26
1.2.3 Cost of redundancy dismissal, salary weeks	17.0	77
1.3 Business environment	86.1	14 ●
1.3.1 Ease of starting a business*	96.3	10 ●
1.3.2 Ease of resolving insolvency*	84.2	9 ●
1.3.3 Ease of paying taxes*	77.8	52

### 2 Human capital & research ..... 47.6 25

2.1 Education	57.1	18 ●
2.1.1 Expenditure on education, % GDP	5.3	46
2.1.2 Gov't expenditure/pupil, secondary, % GDP/cap	33.5	14 ●
2.1.3 School life expectancy, years	16.3	20
2.1.4 PISA scales in reading, maths, & science	488.0	29
2.1.5 Pupil-teacher ratio, secondary	8.2	7 ●
2.2 Tertiary education	44.8	32
2.2.1 Tertiary enrolment, % gross	68.9	27
2.2.2 Graduates in science & engineering, %	25.0	24
2.2.3 Tertiary inbound mobility, %	4.7	36
2.3 Research & development (R&D)	40.8	25
2.3.1 Researchers, FTE/mn pop.	4083.8	20
2.3.2 Gross expenditure on R&D, % GDP	1.4	26
2.3.3 QS university ranking, average score top 3*	40.4	35

### 3 Infrastructure ..... 50.3 33

3.1 Information & communication technologies (ICTs)	62.8	39
3.1.1 ICT access*	76.7	31
3.1.2 ICT use*	46.1	46
3.1.3 Government's online service*	63.8	39
3.1.4 E-participation*	64.7	33
3.2 General infrastructure	32.2	63
3.2.1 Electricity output, kWh/cap	4818.8	44
3.2.2 Logistics performance*	71.4	25
3.2.3 Gross capital formation, % GDP	15.7	120 ○
3.3 Ecological sustainability	55.7	15 ●
3.3.1 GDP/unit of energy use, 2005 PPP\$/kg oil eq	9.9	25
3.3.2 Environmental performance*	75.8	17 ●
3.3.3 ISO 14001 environmental certificates/bn PPP\$ GDP	4.8	21

### 4 Market sophistication ..... 55.4 34

4.1 Credit	50.4	21
4.1.1 Ease of getting credit*	45.0	80 ○
4.1.2 Domestic credit to private sector, % GDP	169.8	8 ●
4.1.3 Microfinance gross loans, % GDP	n/a	n/a

### 4.2 Investment ..... 32.9 78 ○

4.2.1 Ease of protecting investors*	59.2	49
4.2.2 Market capitalization, % GDP	30.1	56
4.2.3 Total value of stocks traded, % GDP	12.2	36
4.2.4 Venture capital deals/tr PPP\$ GDP	0.1	19

### 4.3 Trade & competition ..... 82.9 38

4.3.1 Applied tariff rate, weighted mean, %	1.0	9
4.3.2 Intensity of local competition†	69.1	61

### 5 Business sophistication ..... 35.2 65

5.1 Knowledge workers	45.1	47
5.1.1 Knowledge-intensive employment, %	34.8	38
5.1.2 Firms offering formal training, % firms <sup>Ⓢ</sup>	31.9	59 ○
5.1.3 GERD performed by business, % of GDP	0.7	31
5.1.4 GERD financed by business, % <sup>Ⓢ</sup>	46.0	26
5.1.5 Females employed w/advanced degrees, % total	14.9	37

### 5.2 Innovation linkages ..... 28.4 88 ○

5.2.1 University/industry research collaboration†	61.4	22
5.2.2 State of cluster development†	53.2	39
5.2.3 GERD financed by abroad, % <sup>Ⓢ</sup>	5.2	63 ○
5.2.4 JV-strategic alliance deals/tr PPP\$ GDP	0.0	83 ○
5.2.5 Patent families 3+ offices/bn PPP\$ GDP	0.1	41

### 5.3 Knowledge absorption ..... 32.2 75

5.3.1 Royalty & license fees payments, % total trade	0.5	54
5.3.2 High-tech imports less re-imports, % total trade	6.3	77 ○
5.3.3 Comm., computer & info. services imp., % total trade	1.3	46
5.3.4 FDI net inflows, % GDP	3.6	47

### 6 Knowledge & technology outputs ..... 33.2 42

6.1 Knowledge creation	21.9	44
6.1.1 Domestic resident patent app/bn PPP\$ GDP	2.4	43
6.1.2 PCT resident patent app/bn PPP\$ GDP	0.6	37
6.1.3 Domestic res utility model app/bn PPP\$ GDP	0.3	40 ○
6.1.4 Scientific & technical articles/bn PPP\$ GDP	45.0	12 ●
6.1.5 Citable documents H index	269.0	31
6.2 Knowledge impact	47.3	29
6.2.1 Growth rate of PPP\$ GDP/worker, %	0.3	89 ○
6.2.2 New businesses/th pop. 15–64 <sup>Ⓢ</sup>	3.6	32
6.2.3 Computer software spending, % GDP	0.7	10
6.2.4 ISO 9001 quality certificates/bn PPP\$ GDP	25.7	15 ●
6.2.5 High- & medium-high-tech manufactures, %	27.0	43

### 6.3 Knowledge diffusion ..... 30.3 55

6.3.1 Royalty & license fees receipts, % total trade	0.0	73 ○
6.3.2 High-tech exports less re-exports, % total trade	2.4	48
6.3.3 Comm., computer & info. services exp., % total trade	1.5	60
6.3.4 FDI net outflows, % GDP	2.7	24

### 7 Creative outputs ..... 45.7 25

7.1 Intangible assets	57.7	16 ●
7.1.1 Domestic res trademark app/bn PPP\$ GDP	91.7	17
7.1.2 Madrid trademark app. holders/bn PPP\$ GDP	0.9	33
7.1.3 ICTs & business model creation†	71.7	17 ●
7.1.4 ICTs & organizational model creation†	68.6	18

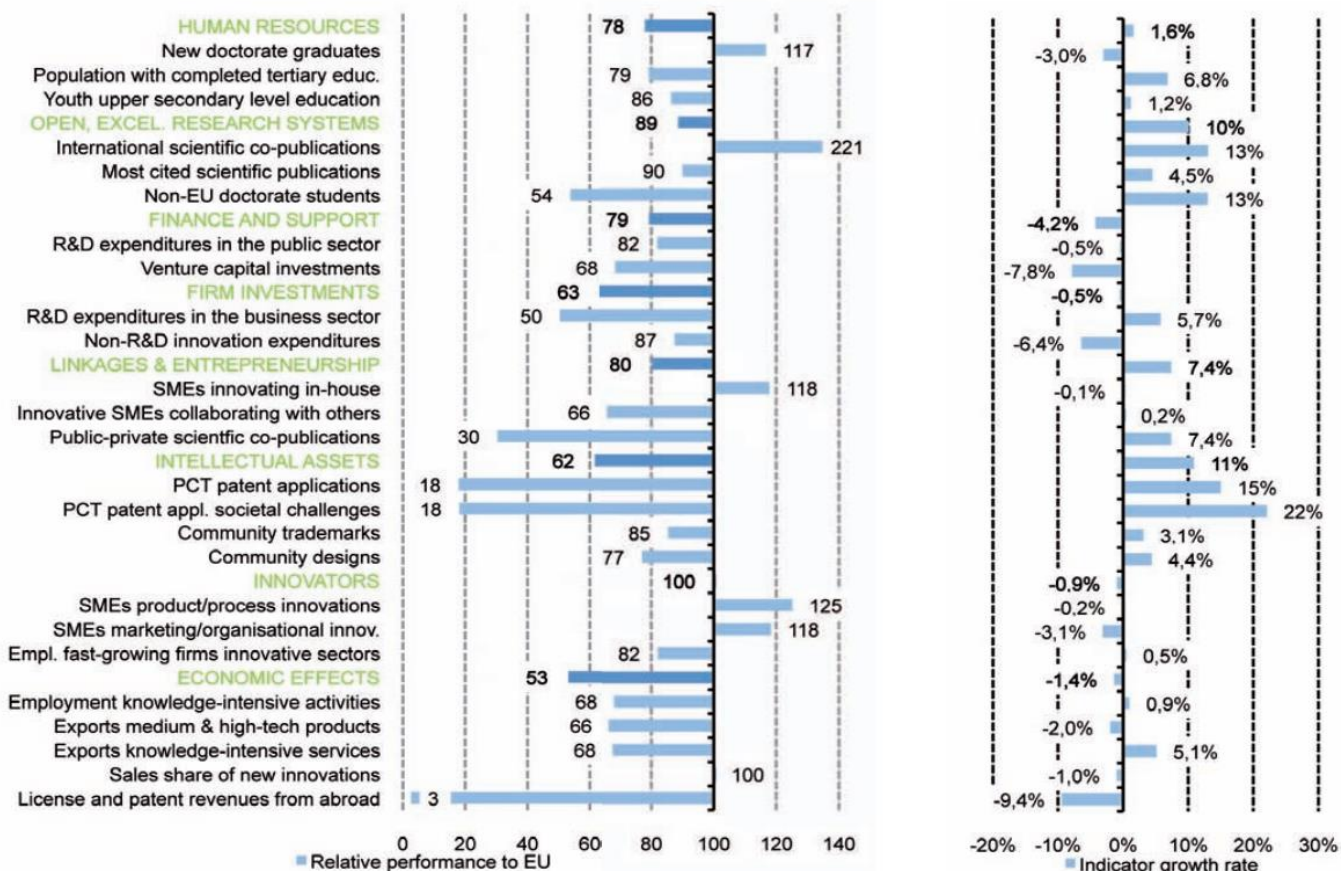
### 7.2 Creative goods & services ..... 25.4 51

7.2.1 Cultural & creative services exports, % total trade	0.6	33
7.2.2 National feature films/mn pop. 15–69	1.7	62 ○
7.2.3 Global ent. & media output/th pop. 15–69	26.3	24
7.2.4 Printing & publishing output manufactures, %	1.5	51
7.2.5 Creative goods exports, % total trade	1.6	31

### 7.3 Online creativity ..... 41.8 29

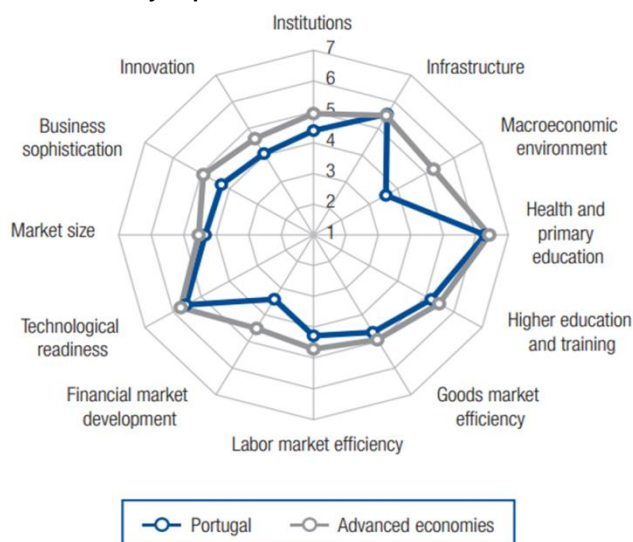
7.3.1 Generic top-level domains (TLDs)/th pop. 15–69	20.8	30
7.3.2 Country-code TLDs/th pop. 15–69	38.2	18 ●
7.3.3 Wikipedia edits/pop. 15–69	3156.4	42
7.3.4 Video uploads on YouTube/pop. 15–69	85.0	24

## Innovation Union Scoreboard (IUS) 2015 - Portugal Country Profile



## The Global Competitiveness Report 2015–2016 – Country Report


























	Rank (out of 140)	Score (1–7)
<b>GCI 2015–2016</b> .....	<b>38</b>	<b>4.5</b>
GCI 2014–2015 (out of 144).....	36	4.5
GCI 2013–2014 (out of 148).....	51	4.4
GCI 2012–2013 (out of 144).....	49	4.4
<b>Basic requirements (20.0%)</b> .....	<b>41</b>	<b>4.9</b>
1st pillar: Institutions.....	39	4.4
2nd pillar: Infrastructure.....	23	5.5
3rd pillar: Macroeconomic environment.....	127	3.6
4th pillar: Health and primary education.....	31	6.3
<b>Efficiency enhancers (50.0%)</b> .....	<b>37</b>	<b>4.6</b>
5th pillar: Higher education and training.....	26	5.2
6th pillar: Goods market efficiency.....	32	4.6
7th pillar: Labor market efficiency.....	66	4.3
8th pillar: Financial market development.....	107	3.4
9th pillar: Technological readiness.....	26	5.5
10th pillar: Market size.....	50	4.3
<b>Innovation and sophistication factors (30.0%)</b> .....	<b>30</b>	<b>4.2</b>
11th pillar: Business sophistication.....	41	4.3
12th pillar: Innovation.....	28	4.0



### Stage of development

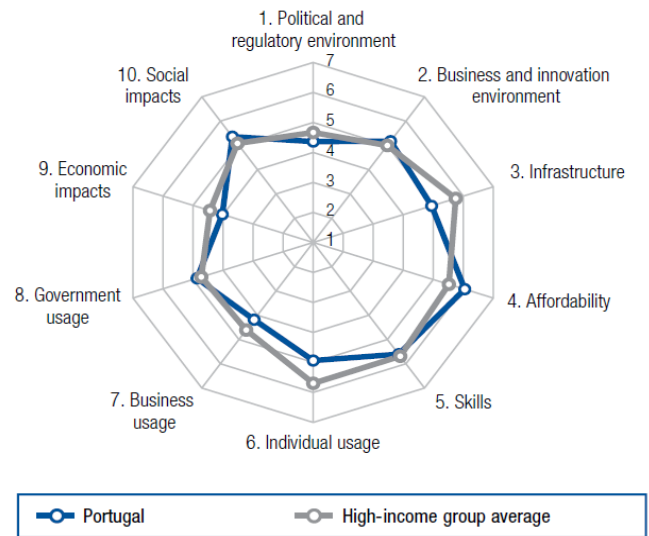




 12th pillar: Innovation 1-7 (best)		28	4.0		
Capacity for innovation 1-7 (best)		35	4.5		
Quality of scientific research institutions 1-7 (best)		21	5.2		
Company spending on R&D 1-7 (best)		40	3.7		
University-industry collaboration in R&D 1-7 (best)		23	4.7		
Government procurement of advanced technology products 1-7 (best)		48	3.6		
Availability of scientists and engineers 1-7 (best)		21	4.9		
PCT patent applications applications/million pop.		31	13.7		

The Global Information Technology Report 2015 – Country Profile

	Rank (out of 143)	Value (1–7)
<b>Networked Readiness Index 2015 .....</b>	<b>28</b>	<b>4.9</b>
Networked Readiness Index 2014 (out of 148).....	33	4.7
Networked Readiness Index 2013 (out of 144).....	33	4.7
<b>A. Environment subindex .....</b>	<b>30</b>	<b>4.8</b>
1st pillar: Political and regulatory environment.....	33	4.4
2nd pillar: Business and innovation environment.....	20	5.2
<b>B. Readiness subindex .....</b>	<b>33</b>	<b>5.5</b>
3rd pillar: Infrastructure .....	41	4.9
4th pillar: Affordability .....	35	6.0
5th pillar: Skills .....	34	5.6
<b>C. Usage subindex .....</b>	<b>34</b>	<b>4.7</b>
6th pillar: Individual usage.....	46	4.9
7th pillar: Business usage .....	33	4.2
8th pillar: Government usage.....	26	4.9
<b>D. Impact subindex.....</b>	<b>28</b>	<b>4.7</b>
9th pillar: Economic impacts.....	30	4.0
10th pillar: Social impacts.....	22	5.4



Fonte: World Economic Forum- The Global Information Technology Report 2015



Cooperação Internacional em Patentes  
Portugal - 2011

Tipo de Cooperação Internacional no Patenteamento	Cooperação Internacional em Patentes Portugal - 2011					
	Patentes detidas por estrangeiros de invenções nacionais		Patentes detidas por nacionais de invenções estrangeiras		Patentes de co-inventores estrangeiros	
	N.º (1)	% (2)	N.º (3)	% (4)	N.º (5)	% (6)
Registo de patentes no Instituto Europeu de Patentes (EPO)						
Total Patentes EPO	138	..	92	..	138	..
Total cooperação com o exterior	49	36	11	12	41	30
Patentes registadas no âmbito do Tratado de Cooperação de Patentes (PCT)						
Total Patentes PCT	176	..	129	..	176	..
Total cooperação com o exterior	54	31	18	14	52	30
Patentes concedidas pelo US Patent and Trademark Office (USPTO)						
Total Patentes USPTO	13	..	14	..	13	..
Total cooperação com o exterior	11	85	8	57	7	54
Total Patentes Internacionais						
Total Patentes	327		235		327	
Total cooperação com o exterior	114	35	37	16	100	31

Fonte: OECD.Stat abril 2015

Notas:

EPO e PCT contagem de patentes são baseados em dados recebidos do EPO (base de dados bibliográfica EPO, patentes publicados até Novembro de 2014).

**A propriedade estrangeira de invenções nacionais:**

(1) número de patentes inventados por residente (s) do país x (inventor) que são propriedade de, pelo menos, um residente estrangeiro (candidato) do país y;

**Percentagem de patentes detidas por residentes estrangeiros:**

(2) quota de indicador acima de patentes totais inventados por residente (s) do país x (inventor);

**Apropriação nacional das invenções feitas no exterior:**

(3) número de patentes detidas por residentes (s) do país x (candidato) que foram inventados por pelo menos um residente estrangeiro (inventor) de país y;

**Percentagem de patentes inventadas no exterior:**

(4) quota de indicador acima de patentes totais de propriedade de residente (s) do país x (requerente);

**Patentes com pelo menos um co-inventor estrangeiro:**

(5) número de patentes inventadas por um residente do país x com pelo menos um inventor estrangeiro do país y;

**Percentagem de patentes com pelo menos um co-inventor estrangeiro:**

(6) quota de indicador acima de patentes totais inventados por residente (s) do país x (inventor).

<b>Financiamento da 2ª fase do Programa «Fraunhofer-Portugal»</b> Resolução do Conselho de Ministros N.º 79/2014 - Diário da República N.º 250/2014, Série I de 2014-12-29	Autoriza a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., a realizar a despesa relativa ao acordo de financiamento a celebrar com a Associação Fraunhofer-Portugal Research (2014-2018), para a implementação da 2.ª fase do Programa «Fraunhofer-Portugal».
<b>Participação nacional no consórcio «ERIC/DARIAH»</b> Portaria N.º 1097/2014 - Diário da República N.º 251/2014, Série II de 2014-12-30	Autoriza a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT, I.P.), a proceder à assunção de compromissos plurianuais relativos à "Adesão de Portugal ao ERIC (European Research Infrastructure Consortium) do DARIAH (Digital Infrastructure for Arts and Humanities)", nos anos de 2014 a 2018.
<b>Sistemas de incentivos – Portugal 2020</b> Decreto-Lei n.º 6/2015, - Diário da República n.º 5/2015, Série I de 2015-01-08	Estabelece as condições e as regras a observar na criação de sistemas de incentivos aplicáveis às empresas no território do continente.
<b>Agenda Portugal Digital</b> Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2015 - Diário da República n.º 74/2015, Série I de 2015-04-16	Procede à primeira alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2012, de 31 de dezembro, que aprovou a Agenda Portugal Digital.
<b>Regulamento específico do domínio da Competitividade e Internacionalização</b> Portaria n.º 57-A/2015 - Diário da República n.º 41/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-02-27	Adota o regulamento específico do domínio da Competitividade e Internacionalização.
<b>Sistema de Incentivos da Competitividade e Internacionalização</b> Despacho n.º 10172-a/2015 - Diário da República n.º 177/2015, 1º Suplemento, Série II de 2015-09-10	Regulamento que define os procedimentos relativos a pagamentos aos beneficiários do Sistema de Incentivos no domínio da Competitividade e Internacionalização.
<b>Sistema de Incentivos da Competitividade e Internacionalização</b> Portaria n.º 328-A/2015 - Diário da República n.º 193/2015, 4º Suplemento, Série I de 2015-10-02	Segunda alteração à Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro que adota o regulamento específico do domínio da Competitividade e Internacionalização.
<b>Programas operacionais – 2014-2020</b> <b>Decreto-Lei n.º 215/2015 - Diário da República n.º 195/2015, Série I de 2015-10-06</b>	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, que estabelece as regras gerais de aplicação dos programas operacionais e dos programas de desenvolvimento rural financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento, para o período de programação 2014-2020.